



PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA DO BRASIL SOBRE A ÁFRICA ATLÂNTICA — CONSEQUÊNCIAS

Luiz Antonio Menegatto

Extraído de monografia apresentada pelo autor como exigência curricular para diplomação pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – Turma de 1986.

É mais uma contribuição, abordada com método e apoiada em sólida bibliografia, para a compreensão do valor do Continente africano nas relações internacionais do Brasil.

INTRODUÇÃO

A geopolítica encontra seus fundamentos na história e na geografia. É através da interpretação dos acontecimentos históricos à luz da geografia que a geopolítica elabora suas teorias. Além desses dois elementos, a geopolítica se fundamenta, também, no Poder Nacional, porque este se encontra ligado a todos os acontecimentos que permearam a história da humanidade, desde as antigas civilizações, tanto a egípcia como a romana.

Cada autor conceitua geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um

ponto: ela se apresenta de forma dinâmica. Dentre vários autores de expressão internacional, selecionamos dois nacionais, e a maneira como a definem. Everardo Backheuser definiu-a como “a política feita em decorrência das condições geográficas”, enquanto para o General Carlos de Meira Mattos, “a geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos”.

Dentre as inúmeras conceituações, seja como ciência ou como arte, a Escola Superior de Guerra (ESG) destacou, em seu manual de Fundamentos Teóricos, a do Instituto de Geopolítica de Munique, bastante expressiva:

Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto (ESG-1983,90).

Todavia, as concepções apoiadas apenas nos fatores geográficos encontram-se, em grande parte, superadas pelo avanço tecnológico experimentado pela indústria bélica, e só encontram respaldo em um contexto de conflitos realizados em moldes clássicos, utilizando-se armas convencionais. O mesmo, entretanto, não pode ser dito dentro de um quadro de guerra total e lançando mão de todos os recursos disponíveis, pois, bem sabemos, o caráter destruidor e rápido das armas modernas acabou com a invulnerabilidade histórica do continente americano, constituindo-se em constante ameaça para o Brasil, face ao seu posicionamento, debruçado sobre o Oceano Atlântico Sul e próximo à costa ocidental africana.

Assim, analisar a projeção geopolítica do Brasil sobre a África Atlântica, subtraindo dessa análise as principais consequências, constitui um trabalho de âmbito histórico e geográfico

e, também, político e estratégico.

A África Atlântica é entendida como o vasto espaço do continente africano banhado pelo Oceano Atlântico, se desenvolvendo desde o Marrocos, país bioceânico que atinge também o Mar Mediterrâneo, até a República da África do Sul, no limite com o Oceano Índico. Abrange, portanto, vinte países independentes, quais sejam: Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, Zaire, Angola e as Ilhas de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde; dois países não-independentes: Saara Ocidental e Namíbia; e, ainda, quatro países mediterrâneos, cujas bacias hidrográficas deságuam no Atlântico: Níger, Mali, Alto Volta e República Centro-Africana (Fig. 1).

Excetuando-se a África do Sul, a paisagem psicossocial é de países subdesenvolvidos, integrando o estágio mais pobre do chamado Terceiro Mundo, mesmo os que, sendo produtores de petróleo, como o Gabão, e a Nigéria, integram a poderosa e influente Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP).

Em algumas oportunidades, estaremos nos referindo aos continentes em que o Brasil e a África Atlântica estão posicionados, tendo em vista não se perder a continuidade dos aspectos analisados, principalmente

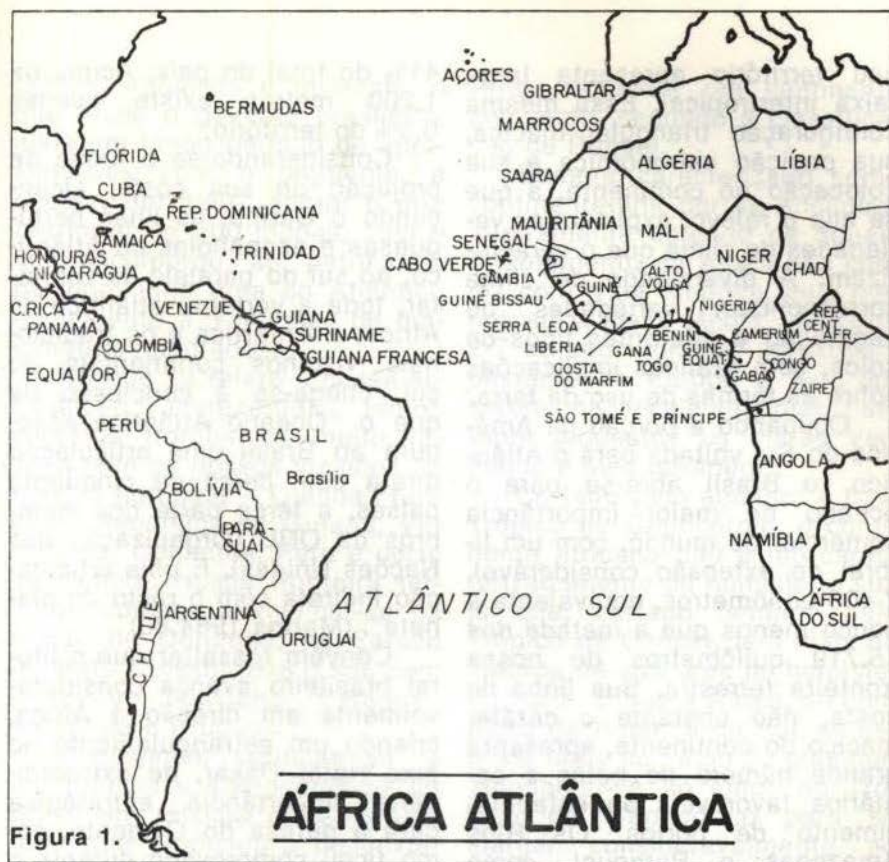


Figura 1.

ÁFRICA ATLÂNTICA

te quando tratar-se da fisiografia, que será importante para a visualização e o entendimento de todo o contexto no qual essas áreas estão inseridas.

A PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA CONDICIONADA PELOS ASPECTOS FIOGRAFICOS

Brasil

Com seus oito milhões e meio de quilômetros quadrados,

cerca de 47% do continente sul-americano, o Brasil ocupa no mundo o quinto lugar em termos de dimensão geográfica, sendo o quarto em área contínua.

Destituído de espaços impróprios à vida humana, este semicontinente afigura-se como um dos países de maior potencialidade no mundo contemporâneo.

Estendendo-se de cinco graus de latitude norte a 33 graus de latitude sul, numa configuração triangular, do Oceano Atlântico à zona pré-andina, o

seu território apresenta larga faixa intertropical. Essa mesma configuração triangular maciça, sua posição astronômica e sua colocação no continente, a que se alia o relevo, explicam as variedades de clima que o caracterizam. A diversidade de clima correspondem variedades de vegetação e diferentes tipos de solos, com grandes implicações sobre as formas de uso da terra.

Ocupando a porção da América do Sul voltada para o Atlântico, o Brasil abre-se para o oceano de maior importância comercial do mundo, com um litoral de extensão considerável, 7.408 quilômetros, equivalente a pouco menos que a metade dos 15.719 quilômetros de nossa fronteira terrestre. Sua linha de costa, não obstante o caráter maciço do continente, apresenta grande número de baías e estuários favoráveis ao estabelecimento de portos. Os Rios Amazonas e Paraguai, como rios de planície que penetram largos trechos interiores, permitem a navegação oceânica até pontos afastados do litoral, ampliando suas condições de acessibilidade.

O relevo apresenta amplitudes altimétricas relativamente modestas. Predominam as terras entre 200 e 1.200 metros de altitude, com uma superfície correspondendo a 58,5% da área total do país, refletindo em uma relativa amenização do clima tropical dominante. As terras baixas, com altitudes inferiores a 200 metros, correspondem a

41% do total do país. Acima de 1.200 metros existe apenas 0,5% do território.

Considerando-se o leque de projeção de sua costa, alcançando o Caribe, as ilhas portuguesas e espanholas do Atlântico, ao sul do paralelo do Gibraltar, toda a vertente atlântica da África, a Antártica* e os tradicionais vizinhos continentais do sul, chega-se à conclusão de que o "Oceano Atlântico assegura ao Brasil uma articulação direta com cerca de cinquenta países, a terça parte dos membros da ONU (Organização das Nações Unidas). E uma articulação indireta com o resto do planeta". (Mattos 1984,80)

Convém ressaltar que o litoral brasileiro avança consideravelmente em direção à África, criando um estrangulamento no eixo Natal-Dakar, de extraordinária importância estratégica para a defesa do Ocidente, como ficou comprovado durante o último conflito mundial. Essa aproximação pode ser mais bem caracterizada, observando-se que a cidade de Recife, situada no saliente nordestino do litoral brasileiro, fica a pouco mais de 3.000km de Dakar, no Senegal, país situado no litoral ocidental do continente africano, enquanto a distância de Recife a Buenos Aires, capital da Argentina, está em torno de 4.000km.

Há que se ressaltar, também, a importância da expressão estratégica dos oceanos face à crescente valorização econômica dos seus infindáveis re-

curiosos orgânicos e minerais, o que levou o governo brasileiro, após um longo período de aproximações com o problema, a decidir, em 1970, adotar o mar territorial de 200 milhas, com o que incorporou ao patrimônio nacional uma área do Atlântico equivalente a 3 milhões de quilômetros quadrados.

No que se refere à nossa articulação continental, temos contatos fronteiriços muito tênues com os nossos vizinhos do norte e noroeste – Guiana Francesa, República de Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e norte da Bolívia. Nossa fronteira terrestre começa a vivificar-se na região de Corumbá, no Estado do Mato Grosso, para o sul, com o oriente boliviano, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Concluindo, verificam-se a importância e a dependência do Brasil em relação ao Atlântico, fator que propiciou o desenvolvimento da faixa litorânea em detrimento do seu interior, até bem pouco tempo atrás, também nos aproximando dos países da costa ocidental do continente africano; e também a necessidade de conscientizar-se da importância de um relacionamento mais dinâmico e responsável com seus vizinhos de oeste.

África

Com uma área de mais de 30 milhões de quilômetros quadrados, incluindo-se as ilhas, a

África constitui um continente compacto, segundo a classificação de Renner.

Embora caracterizado como continente-ilha por se encontrar inteiramente cercado de águas, o isolamento da África não condiz com o da América, pelo menos até a Idade Média, visto que 2/7 de seu litoral se aproximam bastante da Europa e Ásia por serem, na escala mundial, bastante modestos os mares Vermelho e Mediterrâneo.

Cortado pelo equador e pelo Trópico de Capricórnio, o continente africano não é tão caracterizadamente do hemisfério sul, já que, cortado também pelo Trópico de Câncer, tem mais da metade de sua área no hemisfério norte. É que a África, ao contrário da América do Sul, se estreita mais ao longo do equador, afunilando-se ao longo do Trópico de Capricórnio para se alargar consideravelmente ao longo do Trópico de Câncer.

Passando as terras africanas pelos 37 graus de latitude norte e alcançando os 35 graus de latitude sul, no alinhamento de Montevidéu, coloca-se o continente nas zonas climáticas equatorial, tropical e subtropical. Pela posição em que se encontra com relação a essas coordenadas, apresenta analogias climáticas ao norte e ao sul do equador, numa quase simetria, só diversificada em função das condições locais, como altitude, orientação e natureza do solo.

A região equatorial se apresenta, *grosso modo*, com tempe-

ratura bem uniforme dia/noite no curso do ano (25º a 26ºC em média). As chuvas são abundantes durante todo ano, caracterizado por uma única estação; em função da posição e pluviosidade, é este o *habitat* da espessa floresta equatorial.

Ao norte e ao sul desta zona equatorial, se estendem as áreas tropicais, começando por se delinear uma estação chuvosa ao lado de oscilações térmicas tanto diurnas quanto anuais. Apresentam-se então paisagens de savana de bosque, savana propriamente dita, estepe e, por fim, o deserto.

Ao terminar o limite norte dos desertos do Saara e da Líbia, entra-se na zona subtropical. Af, a latitude e a altitude, bem como a disposição das terras, ao lado da proximidade do mar a influir diretamente no regime das chuvas, ventos e temperaturas, favorecem a vegetação espontânea espinheta, como também possibilitam o cultivo da videira, da oliveira, da figueira e da laranjeira, entre outras espécies.

No extremo meridional da África Meridional, ao sul do Deserto do Kalahari, a mesma situação se repete. Assim, na região do Cabo da Boa Esperança, a temperatura média do mês mais fresco é de 12 graus e a do mês mais quente, de 20 graus.

O litoral do continente africano se desenvolve ao longo de 27.638km, dos quais a maior parte corresponde ao Atlântico

(10.480km), sendo banhado ainda pelo Oceano Índico e pelos mares Mediterrâneo e Vermelho. Essa costa retilínea, pouco articulada, apresenta como destaque apenas duas grandes saliências: o Atlas ou Berbéria na África Ocidental, e a cornucópia africana, na parte oriental; e apenas uma notável reentrância na zona do Atlântico, conhecida como Golfo da Guiné. Por se constituir em simples chanfradura na costa atlântica, formando ângulo reto entre o equador e o paralelo de 10 graus de latitude norte, não é classificada por alguns geógrafos como um autêntico golfo.

A chanfradura da Guiné dota a África de dois setores distintos: o do norte, grosseiramente quadrangular, e o do sul, triangular; em ambos os setores distinguem-se duas grandes barreiras formadas pelos Desertos do Saara e Kalahari.

O relevo africano é caracterizadamente planaltino, com altitude média de 600 metros. Embora sem apresentar uma só cadeia de montanha que se possa comparar às da América, Ásia e, até mesmo, Europa, a área planaltina africana, com situação marginal, contribui para a quase ausência das planícies costeiras. Foi este aspecto fisiográfico, em particular que isolou a África, transformando-a num "continente fechado" e em cujo litoral é freqüente encontrar-se trechos de até 1.500km sem bons portos ou abrigos regulares para embarcações (Fig. 2).

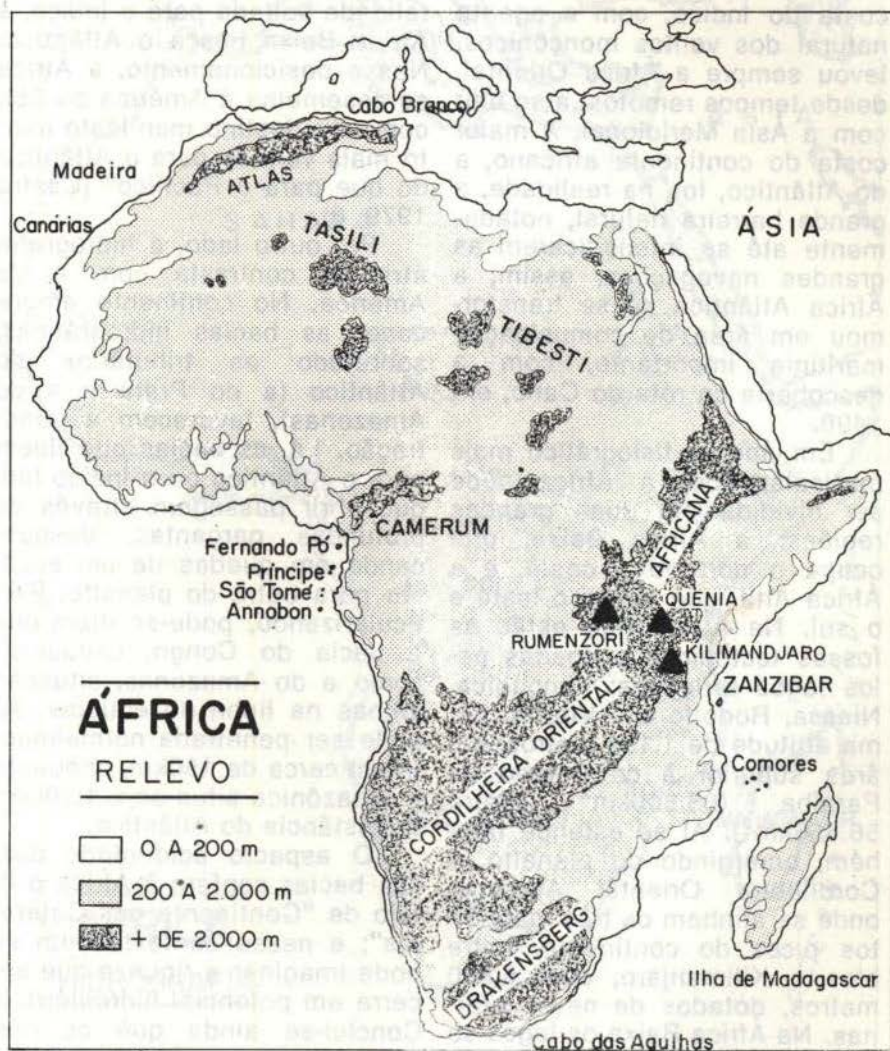


Figura 2.

Assim, o norte ou Magrebe, bloco alto de terras formando uma espécie de quadrilátero, fez sempre parte do núcleo geo-histórico europeu ou asiático. A costa do Índico, com o agente natural dos ventos monçônicos, levou sempre a África Oriental, desde tempos remotos, a se unir com a Ásia Meridional. A maior costa do continente africano, a do Atlântico, foi, na realidade, a grande barreira natural, notadamente até se intensificarem as grandes navegações; assim, a África Atlântica só se transformou em área de comunicação marítima importante, com a descoberta da rota do Cabo, em 1498.

Em ângulo fisiográfico mais particularizado, a África pode ser dividida em duas grandes regiões: a África Baixa, que ocupa o norte e o oeste, e a África Alta, que ocupa o leste e o sul. Na África Alta estão as fossas tectônicas ocupadas pelos lagos africanos: Tanganica, Niassa, Rodolfo e o Vitória, numa altitude de 1.134 metros, em área superior à do Estado da Paraíba (68.800km^2 contra 56.556km^2). Ali se estende também, emergindo do planalto, a Cordilheira Oriental Africana, onde se alinham os três mais altos picos do continente, entre eles o Kilimanjaro, com 5.890 metros, dotados de neves eternas. Na África Baixa os lagos se situam em depressões formadas por planaltos; são verdadeiras bacias fechadas onde a mais digna representante é a do Lago

Tchad, alimentado pelo Rio Chari (Fig. 3).

Comparando-se, pode-se concluir que “enquanto a África Alta se encontra e sua quase totalidade voltada para o Índico, a África Baixa busca o Atlântico. Nesse posicionamento, a África se assemelha à América do Sul, com seu destino manifesto muito mais voltado para o Atlântico do que para o Pacífico” (Castro 1979, 8).

Por outro lado, a hidrografia africana contrasta com a da América. No continente americano, as bacias hidrográficas, sobretudo as tributárias do Atlântico (a do Prata e a do Amazonas), favorecem a penetração. Lá, as bacias que fluem para o Atlântico ou o Índico têm que abrir passagem através de profundas gargantas, despendendo em quedas de um escalão para outro do planalto. Particularizando, pode-se dizer que a bacia do Congo, caudalosa como a do Amazonas, situadas ambas na linha do equador, só pode ser penetrada normalmente em cerca de 150km, enquanto a Amazônica situa-se a 1.500km de distância do Atlântico.

O aspecto acidentado dessas bacias confere à África o título de “Continente das Cataratas”; e nesse contexto bem se pode imaginar a riqueza que encerra em potencial hidroelétrico. Conclui-se ainda que os rios africanos, de um modo geral e principalmente na costa atlântica, ao contrário do que ocorreu nas demais partes do mundo,

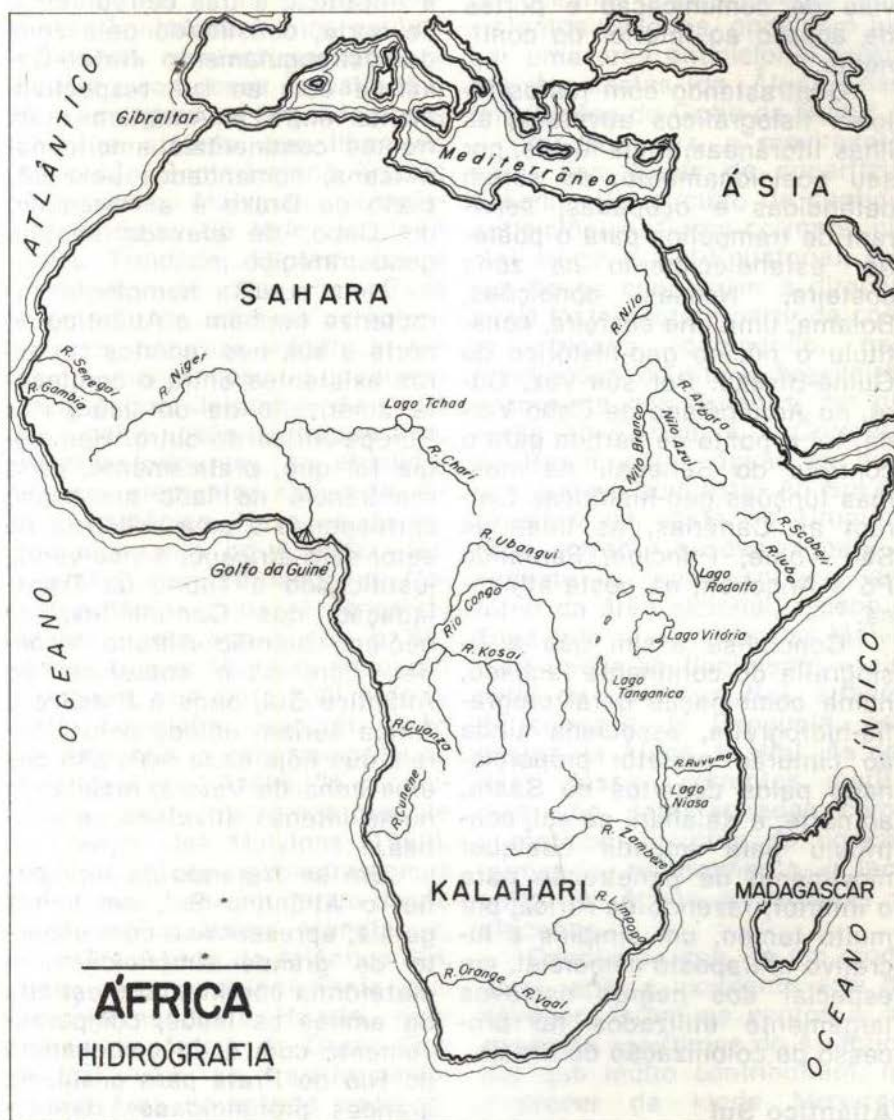


Figura 3.

não desempenharam o seu papel geo-histórico natural como vias de comunicação e portas de acesso ao interior do continente.

Contrastando com tantos fatores fisiográficos adversos, as ilhas litorâneas, mais fáceis, por seu posicionamento, de serem defendidas e ocupadas, serviram de trampolins para o posterior estabelecimento na zona costeira. Nessas condições, Bolama, uma ilha costeira, constituiu o núcleo geo-histórico da Guiné-Bissau. Por sua vez, Goré, no Arquipélago de Cabo Verde, foi o ponto de partida para o controle do Senegal. As mesmas funções geo-históricas tiveram as Canárias, as ilhas de São Tomé, Príncipe, Fernando Pó e Annobon, na costa atlântica.

Conclui-se assim que a fisiografia do continente fechado, numa combinação geral orografia-hidrografia, associada ainda ao cinturão protetor proporcionado pelos desertos do Saara, ao norte, e Kalahari, ao sul, contribuiu para impedir qualquer movimento de penetração para o interior, fazendo da África, por muito tempo, um simples e lucrativo entreposto comercial, em especial dos negros escravos largamente utilizados no processo de colonização do Brasil.

Atlântico Sul

O Oceano Atlântico Sul se caracteriza, em linhas gerais, pelo espaço marítimo compre-

endido entre três frentes continentais: América do Sul, África e Antártica; e três corredores: o do norte, constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar, e dois ao sul, respectivamente entre a Antártica e as frentes continentais americana-africana, comandados pelo Estreito de Drake e a Passagem do Cabo, de elevado sentido geoestratégico.

Uma curiosa homologia caracteriza também o Atlântico de norte a sul, nos recortes costeiros existentes entre o continente americano de um lado, e a Europa-África do outro. Homologia tal que, praticamente, cada reentrância no lado americano corresponde a uma saliência no setor euro-africano, e vice-versa, justificando a Teoria da Transladação dos Continentes, do geólogo alemão Alfredo Wegener, com base sobretudo no Atlântico Sul, onde o Brasil e a África seriam unidos pelos litórais que hoje nada mais são que uma linha de fratura, resultando numa intensa atividade geopolítica.

Em se tratando da topografia, o Atlântico Sul, em linhas gerais, apresenta-se com aspecto de grande simplicidade. A plataforma continental é estreita de ambos os lados, comparativamente com a da embocadura do Rio do Prata para o sul. As grandes profundidades das regiões abissais, com mais de 5.000 metros, se encontram a uma distância relativamente curta tanto da costa sul-americana

quanto da africana, formando bacias ou depressões.

A quase simetria dessa bacia se contrapõe à linha estável da cadeia montanhosa submarina. Os picos dessa dorsal atlântica emergem ao largo da costa africana através das Ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas, complementando-se do lado brasileiro pelas Trindade, Martim Vaz e Fernando de Noronha. Esse segmento de ilhas se caracteriza pela natureza vulcânica, aspecto montanhoso e pequena área, e que, de pontos de apoio na esteira oceânica do passado, se transformaram, na atualidade, em elementos-chave de valor estratégico. Na zona de estrangulamento do Atlântico Sul (Natal-Dakar), Fernando de Noronha tem seu papel geoestratégico destacado desde a Segunda Guerra Mundial, enquanto Trindade, que dista 700km do litoral brasileiro, adquiriu novo sentido com o renascimento da rota do Caho. Assim, "a despeito da guerra eletrônica durante o conflito das Malvinas (1982), as realidades geoestratégicas em quase nada mudaram desde a Segunda Guerra Mundial, e, em se tratando do Atlântico Sul, quer pelo posicionamento que vem tomando a Rússia, quer pelas discórdias do Grupo Ocidental, vêm se transformando numa área de grande poder de confrontação" (Castro 1984, 99).

Os ventos fortes são praticamente desconhecidos na costa africana e no meio do Atlân-

tico Sul e raros nas costas brasileiras, constituindo-se no único oceano tropical isento dos violentos ciclones, onde tem lugar uma área anticiclônica próxima às costas da África, nas imediações do Golfo da Guiné.

Por sua vez, o movimento geral das águas de superfície desenha um circuito de sentido anticiclônico. Como corrente inicial surge a Sul-Equatorial, cujas águas conservam a direção geral leste-oeste a partir da costa africana, originando, nas imediações do litoral brasileiro, a corrente das Guianas, em direção ao Caribe, e a Corrente do Brasil, cujas águas se dirigem para o sudoeste. Ao Sul do Brasil e na costa do Uruguai, essa corrente se desvia para o sudeste e, encurvando-se em torno da área ciclônica, recebe a água fria da corrente das Malvinas. Fecha-se finalmente o circuito do Atlântico Sul, através da corrente de Benguela, nas costas da África Austral. As derivas dessas correntes marítimas são caracterizadas como autênticos circuitos de ligação formando, naturalmente, o laço entre as águas americanas e africanas.

Conclui-se que, de um modo geral, ante a incipiente arte de navegar, foram os ventos e as correntes marítimas do Atlântico Sul que muito contribuíram, no alvorecer da Idade Moderna, dentro da dinâmica da geopolítica, para desvendar os dois continentes que repartem as suas ribeiras: a América do Sul e a

África e, no contexto, o Brasil e a África Atlântica.

CONSEQUÊNCIAS

Herança histórica

As relações do Brasil com o continente africano, especialmente a África Atlântica subsaariana, datam quase da formação do nosso País e foram marcadas, durante quatro séculos, pelo tráfico escravo. Cerca de quatro milhões de africanos povoaram o Brasil e, através dos seus descendentes, fizeram dele o segundo País do mundo em população negra (preta e mestiça), logo após a Nigéria.

As relações entre o Brasil e a África Atlântica, do século XVI ao século XIX, tiveram no tráfico escravo o seu eixo principal, mas envolveram outros fenômenos que marcaram a história dessas relações. Entre esses fenômenos estão o comércio, Bahia-Lagos sobretudo, que envolvia a troca de produtos brasileiros (fumo de corda, aguardente de cana, e até contrabando de ouro) por produtos africanos (sobretudo os relacionados com os cultos afro-brasileiros) e o retorno de ex-escravos, com seus descendentes, à costa ocidental africana, especialmente para o Daomé (atual Benin), Togo, Nigéria e Gana. Brasileiros rebeldes ao jugo português foram degredados para Angola, que mantinha laços comerciais, culturais e até políticos mais es-

treitos com o Brasil do que com a metrópole portuguesa.

Os africanos ocidentais não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra servil. Decisivamente, eles plasmaram a nossa formação social pela herança cultural, que, ao longo dos séculos, foi mantida e recriada, numa dialética da preservação-renovação. "Esse acervo cultural, matriz mais importante da cultura popular brasileira e símbolo da unidade nacional, é freqüentemente relegado pela ideologia dominante ao folclore: cama, cozinha e terreiro, isto é: sexo, culinária e superstições (as religiões afro-brasileiras)" (Pereira 1982, 216).

Além da herança cultural, os africanos ocidentais e seus descendentes foram os responsáveis pela implantação, ou adequação aos trópicos, da maior parte do que veio a compor a tecnologia pré-capitalista brasileira, como na mineração, medicina, nutrição e agricultura. Contribuíram significativamente para moldar o linguajar brasileiro e o seu modo de expressar e de sentir. Constituíram a principal matriz da nacionalidade brasileira, através de lutas urbanas e rurais. Entre essas últimas, destacam-se os quilombos, antagônicos e paralelos ao poder escravocrata colonial, que cruzaram todo o espaço e tempo histórico brasileiros. Nessas lutas, os africanos e seus descendentes assumiam o papel de povo,

nacional, contra o ocupante estrangeiro, portugueses.

Em síntese, as relações do Brasil com a África Atlântica foram, no passado, intensas e predatórias para o lado africano. A interação comercial e cultural, durante e depois do período do tráfico, só se apagou com a conquista da costa ocidental africana pelo colonialismo europeu, no final do século XIX. A partir de meados do século XX, porém, após esse interregno forçado, as relações do Brasil com a África Atlântica serão retomadas em outros termos.

Valorização das relações

Brasil – África Atlântica

Após um período de apoio à política portuguesa na África Atlântica, que trouxe como consequência tanto manifestações de protestos por parte dos países africanos como opiniões divergentes entre os diversos órgãos governamentais, o Brasil desperta para o interesse político por essas nações, consideradas agora uma região potencial à espera de valorização política e econômica.

Em 1972, o então Chanceler Gibson Barbosa realizou uma viagem a nove Estados da África Atlântica: Camarões, Costa do Marfim, Benin, Gabão, Gana, Nigéria, Senegal, Togo e Zaire. Na escolha dos países visitados ficou a intenção de estreitos laços horizontais no Atlântico Sul com os vizinhos de além-mar. O oceano é valorizado geopoliti-

camente como zona de contato entre comunidades distintas, deixando de ser considerado limite intransponível para converter-se em vínculo de vizinhança geográfica. O objetivo que se perseguia era, sobretudo, o estreitamento dos laços políticos e dar nova vida aos laços culturais e históricos que os haviam unido na época colonial.

Não obstante, os países africanos questionavam a política brasileira de desdobramento em relação a seu continente, porque, enquanto tentava aproximar-se deles, mantinha sua aliança com Portugal e boas relações com o regime racista da África do Sul. Com a Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, o novo governo, de orientação progressista, proclamou-se a favor da pacificação da África, o que ajudou o Brasil a superar a sua política ambígua, optando pela defesa da independência dos povos sob dominação colonial. Em 1974, deu-se o reconhecimento, por parte do Brasil, da independência da Guiné-Bissau e, em 1975, a de Angola, países de língua portuguesa, com quem passa a empreender laços privilegiados, assumindo uma posição de liderança nessa comunidade.

Paralelamente, o Brasil acentuou sua defesa dos princípios de autodeterminação e de não-intervenção nos foros internacionais, condenando, sem reservas, os vestígios de racismo e colonialismo no mundo, localizados particularmente na África

Austral, evidenciando com isso o sentido ecumênico, pragmático e responsável de sua política internacional.

Em síntese, verifica-se que:

Para além das razões histórico-culturais, existem argumentos geopolíticos que estão na base da aproximação brasileira com a África Atlântica. Trata-se do reconhecimento da função de união que os espaços marítimos cumprem, no sentido de que, longe de serem consideradas barreiras intransponíveis que dificultam os contatos entre os povos, são fatores de união de zonas geográficas distanciadas, o que contribui para reafirmar o caráter ecumênico e interdependente da realidade internacional. (Anglarill 1982, 234)

Estímulos da posição geográfica

A posição geográfica pode exercer influência favorável ou contrária aos interesses dos países, contribuindo para facilitar ou dificultar o relacionamento entre eles. Assim, dentro de um quadro em que seja influente certo número de fatores, a posição geográfica pode cooperar decisivamente na formação das comunidades internacionais, ou na adoção de posições isoladas por parte das nações envolvidas.

No caso específico da projeção geopolítica do Brasil sobre a África Atlântica, tudo nos leva a crer que a posição geográfica de ambas as áreas estimula, como consequência, o estabelecimento de saudáveis e crescentes relações em todos os campos de atividades.

A semelhança no clima, solo e vegetação, em virtude da mesma latitude na maior parte dos territórios e de uma possível deriva das massas continentais, em que o saliente nordestino estaria unido ao litoral do golfo da Guiné, levou o historiador José Honório Rodrigues a registrar:

Na verdade somos uma nação que deve pensar intercontinentalmente, e o Atlântico Sul nos conduz à África, a que tudo nos liga, desde as similitudes da geografia (clima, solos, vegetação) até as forças étnicas, as precedências históricas e os interesses econômicos. O Atlântico Sul nos une a quase toda a África Ocidental e nos sugere uma política de esplanada [glacis defensivo], intercontinental, que melhore não somente nossas condições de proteção e segurança, mas nossas alianças econômicas e de amizade. Sonhos, assim, pela nossa própria extensão e posição no Atlântico Sul, uma nação intercontinental e um protagonista das relações internacionais com o

mundo africano. (Rodrigues, 1961, 345)

As vantagens reais de nossa situação, com um extenso litoral não muito recortado mas que dispõe de bons portos em número satisfatório e localização conveniente, sobre o oceano de maior vitalidade do mundo, face à existência de uma rota contínua devido à quase sequência de terras e águas, embora reduzidas pela circunstância de que no Atlântico Sul as terras se caracterizam pelo isolamento, constituindo-se em fimbrias ou arremates das comunidades existentes no hemisfério norte, são reforçadas, apreciavelmente, pelo fato de que o saliente nordestino domina o estrangulamento Natal-Dakar e, ainda, pelo valor estratégico das ilhas oceânicas.

Além disso, o patrimônio nacional abrange não somente o território nacional do País, mas também seu espaço cultural e recursos naturais, bem como quaisquer acréscimos decorrentes da evolução do Direito Internacional e da tecnologia, como a atual concepção de espaço aéreo e de mar territorial, sendo necessário, para a defesa de sua integridade, transcender os seus limites políticos e projetar-se além dos mesmos, nas áreas de interesse onde se possam desenvolver ações que visem a preservá-la. Portanto, na atualidade, a linha de cobertura avançada do Brasil sobre o Atlântico Sul situa-se na vertente ociden-

tal do continente africano e nos limites externos desse oceano.

Por conseguinte, a concentração demográfica na faixa costeira, ao longo da qual se situam também importantes centros industriais do País, localizados junto às principais metrópoles e, basicamente, uma grande parcela das atividades produtivas, e a exploração de petróleo na plataforma continental, tornam o Brasil vulnerável a agressões aeronavais vindas do oceano e colocam-no em posição-chave para a defesa do continente americano.

Por outro lado, "aumenta dia a dia a possibilidade de a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dispor de bases no litoral da África Atlântica, o que lhe permitiria atuar facilmente com submarinos nucleares e meios aéreos nas rotas marítimas que cruzam o Atlântico Sul, lançar mísseis intercontinentais contra a América do Sul e controlar o espaço aéreo naquela área" (Carvalho 1984, 79).

Interessa, portanto, ao Brasil, a seus vizinhos do continente e aos parceiros da África Atlântica o estabelecimento de mecanismos conjuntos para dar segurança ao Atlântico Sul, barrando qualquer tentativa de agressão aos seus territórios.

Os obstáculos proporcionados pela atual heterogeneidade

O caráter artificial de alguns

novos Estados instalados na África Atlântica, herança do recente colonialismo, deve-se principalmente a três razões: primeira, o traçado colonial das fronteiras, que resultou na balcanização do continente africano e na árdua tarefa dos Estados de precederem, de terem que criar a nova nação; segunda, a quase constante antinomia entre o poder moderno, centralizador, e o poder tradicional, centrífugo, de caráter regional tribal, portanto descentralizador; e terceira, o choque político e cultural que dificultou aos dirigentes africanos o controle de novos instrumentos políticos agregados a um Estado moderno, com a utilização de partidos políticos, escolas e meios de comunicação de massa que resulta na fragilidade das classes sociais africanas.

Outro fator desvantajoso para o desenvolvimento favorável do continente africano, prejudicando, em consequência, suas relações com as nações de outros continentes, foi a permanência de um colonialismo tardio numa região-chave da África, a África Austral, entendida como o vasto espaço que abarca desde o Zaire até o Cabo, bem como a manutenção do poder branco na África do Sul, Namíbia e Rodésia, sendo a primeira o pólo mais desenvolvido do capitalismo no continente.

Além disso, a África Austral representa interesses nacionais e estratégicos para a Nigéria,

principal parceiro comercial do Brasil na África Atlântica e líder da comunidade negra. Na realidade, os nigerianos se vêem como vítimas potenciais da política do *apartheid* em vigor na África do Sul, tendo portanto o dever de proteger a raça negra.

Diante dessa conjuntura, é possível que surja alguma desconfiança no relacionamento do Brasil com as nações da comunidade negra, já que este relacionamento também é praticado com a África do Sul. No entanto, até o momento, essa desconfiança tem sido contornada por uma habilidosa e eficiente ação diplomática, segundo uma ótica de respeito à soberania de todos os povos.

Estímulos econômicos

A África, especialmente a África Atlântica, constitui hoje, na política externa do Brasil, a segunda prioridade, logo após a América Latina. Os africanos ocidentais são considerados nossos vizinhos e são designados, pelos estudiosos da geopolítica, de "nossa fronteira leste". Os africanos não vêem no Brasil nenhuma ameaça, como poderia ocorrer na América Latina, com os seus dez vizinhos territoriais, embora com eles não tenhamos qualquer contencioso.

Os fatores que convergem para uma cooperação privilegiada entre o Brasil e os países africanos ocidentais, e que foram anteriormente analisados, são: caráter histórico e cultural,

proximidade geográfica, espaços marítimos comuns e a identidade lingüística com algumas dessas nações. Outros aspectos positivos são a luta comum contra o subdesenvolvimento e o tipo de tecnologia apreendida pelo Brasil nessa luta.

Face ao seu baixo nível de desenvolvimento, os países africanos, especialmente os da costa ocidental, empenham-se na luta pelo crescimento econômico, a partir de um forte sentimento de soberania que os faz afastar, muito justamente, qualquer ingerência estrangeira. Como, em termos econômicos, essa construção nacional ainda deve passar pelas etapas fundamentais da industrialização, ou seja, o desenvolvimento da indústria têxtil, da indústria da construção civil, da indústria da alimentação, evidentemente, esses países são impedidos de importar tecnologia intensiva de capital. Nesses dois aspectos, político e tecnológico, contudo, a posição brasileira nos parece privilegiada, desde a criação das condições básicas para uma intensificação das relações econômicas, com base no respeito à soberania dos seus parceiros comerciais.

Por outro lado, a própria condição de subdesenvolvimento de grande parte do nosso território, especialmente o sertão nordestino, e o baixo grau de sofisticação da nossa tecnologia nos identificam com as condições de muitos países africanos da costa atlântica.

Um outro aspecto que merece ser focalizado de uma ótica não só econômica foi a ocorrência, em 1973, da primeira crise no fornecimento de petróleo, a partir da qual dá-se um desdobramento com consequências geoestratégicas para as relações do Brasil com as nações da África Atlântica, principalmente com a Nigéria, que nos fornece a maior quantidade de petróleo oriundo dessa área. Posteriormente, a eclosão de conflitos localizados no Oriente Médio e a segunda crise de petróleo, em 1979, levam o Brasil a diversificar ainda mais as suas fontes supridoras, abrindo o leque de seus fornecedores, para diminuir a vulnerabilidade que a concentração nesse setor representa, optando, mais uma vez, pelos parceiros da costa atlântica da África, entre os quais o Gabão e Angola.

Existem porém obstáculos que dificultam, entravam, chegando até mesmo a impedir uma cooperação que se pretende privilegiada. As principais barreiras a vencer são a competição dos países desenvolvidos, sobretudo das ex-metrópoles, as dificuldades de transporte, os problemas de financiamento e ainda, apesar dos mais de quatro séculos de relações, um desconhecimento mútuo entre o Brasil e os países africanos ocidentais, na medida em que não se tem procurado um conhecimento atualizado sobre essa região. As dificuldades de transporte, apesar da relativa proxi-

midade da costa nordeste brasileira com a costa ocidental africana, derivam basicamente da irregularidade com que as linhas de navegação brasileira, ou de navios de outras handeiras oriundos do Brasil, servem os principais portos africanos da costa ocidental; essa questão envolve também a frequência, custos de frete e, em muitas ocasiões, o retorno dos navios sem carga. Ainda, de acordo com dados levantados pelo Centro de Intercâmbio Comercial do Brasil – CICOM, órgão de fomento ligado à Fundação Getúlio Vargas, tem-se a seguinte situação atual (1986) do transporte marítimo Brasil-Europa-Africa-Japão:

- Frete entre Brasil e África Atlântica – US\$ 105/ tonelada métrica.
- Frete entre Brasil e Europa Ocidental – US\$ 75/ tonelada métrica.
- Frete entre Japão e Europa Ocidental – US\$ 35/ tonelada métrica.

Todavia, os vínculos que o Brasil tem estabelecido com esses países tendem a acarretar um relacionamento muito mais denso com essa região, uma vez que não se trata exclusivamente da exportação de produtos manufaturados, mesmo que em operações de trocas comerciais, mas também da venda de serviços nas áreas de infra-estrutura e de grandes complexos agroindustriais, e do estabelecimento

de programas de cooperação técnica e cultural, resultando na presença brasileira efetiva no continente africano.

Concluindo, verifica-se que o estímulo econômico para a aproximação Brasil-África Atlântica é poderoso, mas existe, entretanto, um claro sentido geopolítico, já que o estabelecimento de relações mais estreitas e duradouras com esses países africanos tende a fortalecer, a longo prazo, o poder de negociação do Brasil frente aos países centrais e nos foros internacionais.

A presença militar

Pela situação advinda em consequência do Congresso de Viena, em 1815, a Europa é submetida a novo traçado político, a América começa a lutar por uma vida independente, e na África a transformação abrange diretrizes geopolíticas dentro de uma conjuntura que exige a obtenção de matérias-primas para atender à demanda de uma indústria florescente.

Assim, verifica-se que a África Atlântica teve vida geopolítica mais intensa antes da África Oriental, banhada pelo Oceano Índico, que só teve sua evolução marcante a partir de 1869, quando o Canal de Suez foi aberto à rota mundial, substituindo a passagem pelo Cabo. Cem anos depois, em consequência do emprego sempre crescente da energia provenien-

te do petróleo, agora transportado em navios superpetroleiros, renasce a rota do Cabo e, nessa conjuntura, várias realidades estratégicas se interpoem.

Nesse contexto, o ponto mais crucial se prende, na atualidade, à África do Sul, onde a URSS pretende compor um cinturão que a isolará para o golpe final, visando a impedir o livre acesso, pelo Ocidente, à sua fonte principal de matéria-prima no Golfo Pérsico. E é, sem sombra de dúvida, a África do Sul que comanda estrategicamente esse acesso ao flanco da rota do Cabo, além de ser possuidora de recursos naturais não menos importantes. Além disso, agem os russos de acordo com a Doutrina Gorshkov, no sentido de abranger pontos de estocamento e de reabastecimento em todos os mares de águas quentes. No âmbito da costa ocidental africana, conseguiram os russos acesso às bases na Guiné, Angola, Guiné-Bissau e Benin, transformando o Atlântico Sul numa área ameaçadora de invasão ao Brasil e toda a América, em uma manobra estratégica envolvente, que busca evitar a barreira da Europa Ocidental. Na expansão "pacifista" do comunismo, a via africana para chegar aos países da América do Sul, especialmente ao Brasil, talvez seja mais promissora do que foi a cubana, considerando-se a liberdade de manobra que haveria e as relações históricas e culturais existentes, além da relativa proximidade.

Em outras áreas-problemas, como na Namíbia e no Saara Ocidental, a geoestratégia tem valor vital. Defrontando-se com o Arquipélago das Canárias, o Saara Ocidental constitui a região-chave, dominando, pelo lado sul, a saída do Mediterrâneo para o Atlântico. Por sua vez, a Namíbia, envolvendo com seu litoral a rota do Cabo, evidencia seu valor.

Fica claro portanto que os países democráticos da região e do Ocidente, em vista dos últimos acontecimentos, não podem permitir a expansão do domínio comunista, cuja ideologia sabe explorar muito bem as fragilidades da área.

O fracionamento político da África Atlântica e a grande disparidade regional, acentuada ainda mais com as rivalidades tribais e raciais, têm sido os fatores que impedem a formação de uma aliança e, conseqüentemente, a causa da vulnerabilidade existente no Atlântico Sul. Sabe-se que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, que estabelece um limite de segurança acompanhando a costa marítima no sentido continental norte-sul, não o faz com relação às águas oceânicas de leste para oeste e, sem estrutura militar permanente, vem se mostrando obsoleto em termos de segurança. Segundo o General Carlos de Meira Mattos:

A defesa do Atlântico Sul pelo Ocidente (inserida

na defesa do Atlântico como um todo), na paz ou na guerra, só se nos afigura exequível dentro do quadro de um sistema de alianças militares eficazes, bem concebidas e solidamente estruturadas. Nenhuma das marinhas regionais, isoladas ou em conjunto com as demais, poderá exercer hoje, nessa área, influência suficientemente poderosa. Acharmos que caso existisse uma organização militar coletiva envolvendo algumas das potências militares mais expressivas, o efeito da dissuasão sobre a área seria efetivo; seria uma forma de tentar conter a expansão livre e desenfreada do poderio soviético no Atlântico Sul. (Mattos, 1980, 89)

Concluindo, verifica-se que, ultimamente, tem ocorrido uma radicalização de posições em torno do problema racial existente na África do Sul e na Rodésia, e na questão da concessão da independência da Namíbia, além da constante preocupação com a desnuclearização do Atlântico Sul. O Brasil tem sabido manter uma postura coerente, mediante permanente adequação da práxis política a uma realidade internacional dinâmica, o que tem garantido um progresso constante da influência brasileira na África Atlântica.

CONCLUSÃO

Para o estudo da projeção geopolítica do Brasil sobre a África Atlântica, nos fixamos inicialmente nos aspectos fisiográficos, verificando que, no âmbito nacional, o território brasileiro se diferencia de leste para oeste, ou seja, da zona litorânea para o interior, num jogo geopolítico entre a maritimidade e a continentalidade. A superioridade de fronteira terrestre é minimizada, no entanto, pelo desenvolvimento da faixa litorânea em detrimento do interior, mantendo o Brasil voltado e devotado ao Oceano Atlântico.

Com relação à África, vimos que a sua fisiografia contribuiu, dentro da dinâmica geopolítica, para a sua invulnerabilidade, transformando-a num "continente fechado", que durante muito tempo só se comunicou com o exterior através da estreita linha costeira.

A posição ocupada pelo Brasil em relação ao mundo e, em especial, à África Atlântica confere-lhe uma situação geoestratégica privilegiada sob diversos aspectos, quais sejam: a imensa área de país continente; a grande costa atlântica; sua forma geográfica bastante equilibrada; a proximidade do continente africano, particularmente no estreitamento entre os salientes do nordeste brasileiro e do noroeste africano; e, finalmente, pela existência de espaços marítimos entre ambas as regiões.

Por mais de três séculos tivemos a costa atlântica do continente africano unida ao Brasil, não só pela função de fornecedora de braços, como também pela proximidade e facilidade de ligação de litoral para litoral. Após o período em que a África esteve submetida à partilha e efetiva colonização pelas potências européias, há uma nova aproximação com as jovens nações aí surgidas, em que o Brasil busca reviver as afinidades históricas, étnicas e culturais pelas quais estiveram unidos na época colonial.

Naturalmente, existe um poderoso estímulo econômico para essa aproximação. As restrições fiscais impostas pelos países industrializados aos produtos manufaturados brasileiros aumentam a saliência do comércio com a África Atlântica, região geográfica e culturalmente próxima do Brasil, atraído também pela produção de petróleo nessa área, energético que teve sua importância estratégica muito valorizada após as sucessivas crises no seu abastecimento. Seja através das trocas comerciais, da venda de serviços na área de infra-estrutura, ou apoiando tecnicamente os grandes projetos de desenvolvimento agroindustrial, o Brasil tem superado as desconfianças e ressentimentos locais para, contornando o principal problema atual da região que é o racismo, consolidar sua presença no continente africano.

A maritimidade outorgada

pelo extenso litoral, associada ao alto valor estratégico do saliente nordestino e das ilhas oceânicas, projeta a cobertura avançada do Brasil na direção do Atlântico Sul, situando-a na vertente ocidental da África, onde a ideologia comunista já fincou suas raízes e procura se expandir, para, entre outros objetivos, daí atingir o continente americano. Face à necessidade de manter o fluxo comercial e de abastecimento nas rotas marítimas, bem como a exploração de riquezas na plataforma continental, o Brasil tem a impositável responsabilidade de desenvolver ação diplomática a todos os países atlânticos da África e da América do Sul para neutralizar qualquer ameaça aos seus interesses.

Concluindo, constatamos que o Brasil se encontra bem posicionado em termos geopolíticos, tendo papel muito importante a exercer nesse novo mundo africano ocidental. Do mesmo modo que o mundo mediterrâneo da antiguidade, o mundo atlântico possui certa unidade histórica, geográfica e cultural que se superpõe às diferenças locais ou regionais. Nossa presença na África Atlântica constitui, na realidade desse continente conturbado, uma importante peça para a estratégia do mundo livre.

BIBLIOGRAFIA

1. ANGLARIL, Nilda Beatriz, e Mercedes

- Maria G. Kerz. "A Política Externa Brasileira para a América Latina e a África." In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 6, 224-237, Rio de Janeiro, 1982.
2. CASTRO, Terezinha de. "Quo vadis, África?" In: *Defesa Nacional*, 684, 5-25, Rio de Janeiro, 1979. *África – Geo-História, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro. Ed. BIBLIX, 204 páginas, 1981.
3. "O Atlântico Sul: Contexto Regional." In: *Defesa Nacional*, 714, 91-108, Rio de Janeiro, 1984.
4. CARVALHO, Delegado de. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Ed. BIBLIX, 279 páginas, 1971.
5. CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. "Interesses e Responsabilidades do Brasil no Atlântico Sul." In: *Defesa Nacional*, 711, 75-80, Rio de Janeiro, 1984.
6. ECEME, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Introdução à Geopolítica*. Rio de Janeiro, Ed. ECEME, 62 páginas, 1983.
7. ESG, Escola Superior de Guerra. *Fundamentos Teóricos*. Rio de Janeiro, Ed. ESG, 332 páginas, 1983.
8. MATTOS, Carlos de Meira. "Atlântico Sul – Sua Importância Estratégica." *Defesa Nacional*, 688, 73-89. Rio de Janeiro, 1980. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro, Ed. BIBLIX, 157 páginas, 1984.
9. PEREIRA, José Maria Nunes. "Relações Brasil-África: Problemas e Perspectivas." In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 6, 212-223, Rio de Janeiro, 1982.
10. RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África – Outro horizonte*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 359 páginas, 1961.
11. SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 250 páginas, 1981.



Maj QEM/CDEM LUIZ ANTONIO MENEGATTO – É formado em Engenharia de Fortificação e Construção, pelo IME, possui as especializações em Tecnologia de Concreto, pela Associação Brasileira de Cimento Portland, e em Pavimentação Asfáltica, pelo Instituto de Pesquisa Rodoviária, do DNER, além do Curso de Direção para Engenheiros Militares, na ECEME.

Sua OM atual é a Diretoria de Obras de Cooperação. É

Adjunto da Seção de Programação e Acompanhamento.